



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.644-A, DE 2020

(Dos Srs. Alexandre Padilha e Jorge Solla)

Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais" para acrescentar o símbolo oficial do Sistema Único de Saúde e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. DR. ZACHARIAS CALIL).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD).

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Seguridade Social e Família:

- Parecer do relator
- Emenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992, passam a vigorar acrescida da seguinte redação:

“Art.1.....
.....

V – o Símbolo oficial do Sistema Único de Saúde (SUS)
.....

SEÇÃO VI

Art. 9-B A Bandeira do SUS possuirá formato retangular e será formada pela associação do símbolo, do logotipo e do nome institucional em azul sobre fundo branco.

I – Os elementos técnicos a serem observados na confecção da Bandeira e símbolo do SUS deverão estar em consonância com o disposto no Manual de Identidade Visual do SUS vigente;

II - A Bandeira do SUS poderá ser confeccionada em quaisquer dimensões, desde que obedecidas as características e proporções estabelecidas;

III – o símbolo do SUS deverá exposto em todas as unidades de saúde custeadas integralmente ou parcialmente com recursos do SUS, independente das modalidades de gestão e gerência a que estejam submetidas, sejam elas de prestação de serviços assistenciais ou setores administrativos, independente da esfera de gestão;

IV - A Bandeira do SUS será exposta nos prédios dos órgãos e entidades integrantes da estrutura regimental do Ministério da Saúde independente das modalidades de gestão e gerência a que estejam submetidas;

V - O símbolo oficial do SUS deverá ser colocado em destaque no exterior da unidade, junto à sua denominação, nas placas utilizadas e em todos os recursos de comunicação visual destinados ao público em geral, que digam respeito ao SUS, e de modo a ser reconhecido nas dependências internas da unidade ou do setor a ela vinculado, quando for o caso.

VI - O símbolo oficial do SUS será utilizado nas ambulâncias e demais veículos da rede pública estadual de saúde, nos uniformes dos trabalhadores de saúde, no material impresso e nas peças publicitárias veiculadas na

mídia, voltadas para a divulgação de programas, serviços e ações de saúde vinculados ao SUS ou que sejam realizadas com recursos públicos.

VII – O símbolo oficial do SUS deverá ser utilizado em todas as ações de comunicação institucional, campanhas publicitárias, materiais gráficos, vestimentas e divulgação de atividades custeadas, mesmo que parcialmente, com recursos oriundos do SUS.

Artigo 4º- Esta lei entra em vigor 180 dias pós a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) completará o seu 32º aniversário em 2020. Política de caráter universal e civilizatório, o SUS tornou-se referência para outras áreas públicas. Com a presente iniciativa, objetiva-se assegurar ao SUS o merecido destaque como símbolo nacional, uma conquista que o Brasil pode orgulhosamente divulgar ao mundo.

O papel do SUS que já era reconhecido por especialistas do mundo inteiro, ficou ainda mais evidente durante a pandemia da COVID-19. É praticamente consenso entre estudiosos do tema que o fato dos EUA não contarem com um sistema de saúde de acesso universal como SUS, está entre as razões de a tragédia da pandemia ter sido impiedosa naquele país.

Ainda assim, é preciso falar, também, das tentativas de políticas de cunho neoliberais de acabar com o SUS. Recentemente, a PEC do congelamento dos gastos representou um duro golpe para a saúde pública no país.

No entanto, a gestão da crise da pandemia, sem o SUS e todo o sistema de pesquisa pública no país, poderia ser ainda mais catastrófica.

A presente medida se insere, portanto, no esforço nacional de valorização do Sistema Único de Saúde como um patrimônio do povo brasileiro. Por todo o exposto, conclamo os Nobres Pares a aprovarem esta proposição.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 2020.

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal PT/SP

JORGE SOLLA
Deputado Federal PT/BA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI N° 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São Símbolos Nacionais:

- I - a Bandeira Nacional;
- II - o Hino Nacional;
- III - as Armas Nacionais; e
- IV - o Selo Nacional. (*Artigo com redação dada pela Lei nº 8.421, de 11/5/1992*)

CAPÍTULO II
DA FORMA DOS SÍMBOLOS NACIONAIS

Seção I
Dos Símbolos em Geral

Art. 2º Consideram-se padrões dos Símbolos Nacionais os modelos compostos de conformidade com as especificações e regras básicas estabelecidas na presente lei.

Seção V
Do Selo Nacional

Art. 9º O Selo Nacional será constituído, de conformidade com o Anexo nº 9, por um círculo representando uma esfera celeste, igual ao que se acha no centro da Bandeira Nacional, tendo em volta as palavras República Federativa do Brasil. Para a feitura do Selo Nacional observar-se-á o seguinte:

I - Desenhar-se 2 (duas) circunferências concêntricas, havendo entre os seus raios a proporção de 3 (três) para 4 (quatro).

II - A colocação das estrelas, da faixa e da legenda Ordem e Progresso no círculo inferior obedecerá as mesmas regras estabelecidas para a feitura da Bandeira Nacional.

III - As letras das palavras República Federativa do Brasil terão de altura um sexto do raio do círculo inferior, e, de largura, um sétimo do mesmo raio.

CAPÍTULO III
DA APRESENTAÇÃO DOS SÍMBOLOS NACIONAIS

Seção I Da Bandeira Nacional

Art. 10. A Bandeira Nacional pode ser usada em todas as manifestações do sentimento patriótico dos brasileiros, de caráter oficial ou particular.

Art. 11. A Bandeira Nacional pode ser apresentada:

I - Hasteada em mastro ou adriças, nos edifícios públicos ou particulares, templos, campos de esporte, escritórios, salas de aula, auditórios, embarcações, ruas e praças, e em qualquer lugar em que lhe seja assegurado o devido respeito;

II - Distendida e sem mastro, conduzida por aeronaves ou balões, aplicada sobre parede ou presa a um cabo horizontal ligando edifícios, árvores, postes ou mastro;

III - Reproduzida sobre paredes, tetos, vidraças, veículos e aeronaves;

IV - Compondo, com outras bandeiras, panóplias, escudos ou peças semelhantes;

V - Conduzida em formaturas, desfiles, ou mesmo individualmente;

VI - Distendida sobre ataúdes, até a ocasião do sepultamento.

LEI N° 8.421, DE 11 DE MAIO DE 1992

Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º, os incisos I do art. 8º e VIII do art. 26, da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, passam a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º. São Símbolos Nacionais:

I - a Bandeira Nacional;

II - o Hino Nacional;

III - as Armas Nacionais; e

IV - o Selo Nacional.

Art. 3º. A Bandeira Nacional, adotada pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, com as modificações da Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968, fica alterada na forma do Anexo I desta lei, devendo ser atualizada sempre que ocorrer a criação ou a extinção de Estados.

§ 1º As constelações que figuram na Bandeira Nacional correspondem ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e 30 minutos do dia 15 de novembro de 1889 (doze horas siderais) e devem ser consideradas como vistas por um observador situado fora da esfera celeste.

§ 2º Os novos Estados da Federação serão representados por estrelas que compõem o aspecto celeste referido no parágrafo anterior, de modo a permitir-lhes a inclusão no círculo azul da Bandeira Nacional sem afetar a disposição estética original constante do desenho proposto pelo Decreto nº 4,

de 19 de novembro de 1889.

§ 3º Serão suprimidas da Bandeira Nacional as estrelas correspondentes aos Estados extintos, permanecendo a designada para representar o novo Estado, resultante de fusão, observado, em qualquer caso, o disposto na parte final do parágrafo anterior.

.....

Art. 8º

I - o escudo redondo será constituído em campo azul-celeste, contendo cinco estrelas de prata, dispostas na forma da constelação Cruzeiro do sul, com a bordadura do campo perfilada de ouro, carregada de estrelas de prata em número igual ao das estrelas existentes na Bandeira Nacional;

.....

Art. 26.....

VIII - nos quartéis das forças federais de terra, mar e ar e das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, nos seus armamentos, bem como nas fortalezas e nos navios de guerra; "

Art. 2º Os Anexos 1, 2, 8 e 9, que acompanham a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, ficam substituídos pelos anexos desta lei, com igual numeração.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR
Célio Borja



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.644, DE 2020

Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais" para acrescentar o símbolo oficial do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

Autores: Deputados ALEXANDRE PADILHA E JORGE SOLLA

Relator: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe sugere a criação de símbolo oficial do Sistema Único de Saúde e de sua bandeira, mediante a alteração da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, o diploma legal que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais.

Para justificar a propositura, o nobre autor destaca o SUS como referência para outros setores públicos, como uma política de caráter universal e civilizatório, o que leva a merecer um destaque como símbolo nacional, um orgulho ao Brasil. Acrescenta que o papel desenvolvido pelo sistema, apesar de já ser reconhecido internacionalmente, ganhou ainda mais destaque no enfrentamento à pandemia de covid-19. Destacou também as tentativas políticas para acabar com o sistema, citando a PEC do congelamento dos gastos como um duro golpe para a saúde pública.

A matéria foi distribuída para a apreciação conclusiva das Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO DR. ZACHARIAS CALIL (DEM | Goiás)

No âmbito desta Comissão, não foram apresentadas emendas ao Projeto durante o decurso do prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de Projeto de Lei que propõe a criação do símbolo oficial e da bandeira do Sistema Único de Saúde – SUS, com a sua inserção na Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, a lei que trata dos Símbolos Nacionais – a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional. Cabe a esta CSSF a avaliação do mérito da sugestão para a saúde e para o sistema de saúde.

Todos nesta Comissão são profundos conhecedores da extrema relevância social que representa o Sistema Único de Saúde em todo o território nacional. Na verdade, a importância do nosso SUS é objeto de reconhecimento internacional. Esse sistema ganhou muito destaque na luta contra a covid-19, mas o seu valor tem merecido destaque desde a sua criação, com a Constituição Federal de 1988, e é um valor crescente a cada ano que passa.

A pandemia de covid-19 causou um aumento do reconhecimento social do SUS, em especial dos profissionais de saúde que atuam como verdadeiros guerreiros, mesmo nas situações mais adversas, mesmo diante de carências que teimam em comprometer a resolutividade do sistema. Imaginar o enfrentamento do coronavírus sem a presença do SUS e de seus valorosos servidores, nos permite vislumbrar um quadro de um desastre ainda maior ao que temos assistido. Por isso, precisamos sempre enaltecer o SUS e lutar para que cada vez ele se torne mais fortalecido, mais reconhecido socialmente e mais acolhido pela sociedade a que serve.

E é nesse contexto de ampliação do reconhecimento da relevância do SUS que considero que devemos avaliar a presente sugestão. A importância da definição e utilização de símbolos oficiais, como a Bandeira Nacional, reside no processo de construção de uma identificação. Os símbolos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO DR. ZACHARIAS CALIL (DEM | Goiás)

representam a nação e fazem com que nossa memória evoque uma identidade nacional, um sentimento de identificação do indivíduo com a sociedade à qual pertence.

Assim, considero o PL uma justa homenagem ao SUS e uma forma de criar essa identificação dos brasileiros com o sistema público de saúde, de relembrar a sua importância na garantia de um dos mais relevantes direitos humanos contidos na Constituição Federal, o direito à saúde.

Apenas uma ressalva merece ser feita, relativa à redação do art. 1º do PL, que cita a Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992, como diploma a ser alterado. Todavia, o correto é a alteração da Lei nº 5.700, de 1º de fevereiro de 1971, que é a lei que trata dos símbolos nacionais. Por essa razão, apresento uma emenda para fazer a retificação.

Ante todo o exposto, VOTO pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.644, de 2020, juntamente com a emenda anexa.

Sala da Comissão, em 18 de agosto de 2021.

Deputado DR. ZACHARIAS CALIL – DEM/GO
Relator



* c d 2 1 1 8 5 4 5 7 4 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO DR. ZACHARIAS CALIL (DEM | Goiás)

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.644, DE 2020

Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais" para acrescentar o símbolo oficial do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

EMENDA Nº 1/2021

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º A Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:"

Sala da Comissão, em 18 de agosto de 2021.

Deputado DR. ZACHARIAS CALIL – DEM/GO
Relator

Apresentação: 17/08/2021 16:53 - CSSF
PRL 1 CSSF => PL 3644/2020

PRL n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil
Para Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 616, Brasília, DF, Cep 70160-900, Telefone: (61) 3215-5616, Fax: (61) 3215-2616
dep.dr.zachariascalil@camara.leg.br | Twitter: @zcalil | Instagram: @zachariascalil | Facebook: @zachariascalil



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.644, DE 2020

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.644/2020, com emenda, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - Presidente, Dra. Soraya Manato - Vice-Presidente, Adriana Ventura, Alan Rick, Alexandre Padilha, Benedita da Silva, Carla Dickson, Carmen Zanotto, Célio Silveira, Chico D'Angelo, Chris Tonietto, Dr. Frederico, Dr. Luiz Ovando, Dr. Zacharias Calil, Dulce Miranda, Eduardo Barbosa, Eduardo Costa, Flávio Nogueira, Geovania de Sá, Jandira Feghali, João Marcelo Souza, Jorge Solla, Josivaldo Jp, Leandre, Luciano Ducci, Márcio Labre, Marx Beltrão, Miguel Lombardi, Osmar Terra, Ossesio Silva, Pastor Sargento Isidório, Pedro Westphalen, Professora Dayane Pimentel, Rejane Dias, Ricardo Barros, Robério Monteiro, Roberto de Lucena, Silvia Cristina, Tereza Nelma, Vivi Reis, Adriano do Baldy, Afonso Hamm, Alcides Rodrigues, André Janones, Bibo Nunes, Celina Leão, Daniela do Waguinho, Delegado Antônio Furtado, Diego Garcia, Edna Henrique, Fábio Mitidieri, Felício Laterça, Flávia Moraes, Heitor Schuch, Jaqueline Cassol, Jéssica Sales, João Campos, Julio Lopes, Lauriete, Liziane Bayer, Lucas Redecker, Luiz Lima, Marco Bertaiolli, Marina Santos, Milton Coelho, Padre João, Paula Belmonte, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ricardo Silva e Valtenir Pereira.

Sala da Comissão, em 8 de setembro de 2021.

Deputado DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216988103800>



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI N° 3.644, DE 2020

Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais" para acrescentar o símbolo oficial do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

EMENDA ADOTADA

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º A Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:"

Sala da Comissão, em 8 de setembro de 2021.

Deputado **DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.**
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211212906100>



* C D 2 1 1 2 1 2 9 0 6 1 0 0 *

FIM DO DOCUMENTO